



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Segundo a imprensa, o Gabinete para os Recursos Humanos recebeu nestes últimos dias um requerimento para importação de mão-de-obra, apresentado por um hotel-casino de grande envergadura localizado no COTAL, e cuja construção foi suspensa há algum tempo. Quando o referido requerente definir a data de reinício das obras, os serviços competentes decidirão das quotas de mão-de-obra a autorizar, tomando em consideração a situação real. A concessionária do jogo em questão afirmou que ia recrutar dois mil trabalhadores locais que preenchessem os requisitos exigidos, e que ia importar mão-de-obra de Hong Kong ou da China Continental como complemento da força laboral. Todavia, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais afirmou que, por agora, ainda não teve acesso a qualquer notícia acerca do reinício das obras da referida concessionária, nem da actividade de recrutamento de trabalhadores locais.

Na feira de emprego organizada por uma outra concessionária do jogo no mês passado registou-se uma situação caótica, e surgiram suspeitas da mesma não ter passado de recrutamento fantoche, situação que suscitou fortes eco e discussão no seio da sociedade. A Administração comprometeu-se a fiscalizar com rigor os recursos humanos contratados pela referida concessionária, e a iniciar uma série de operações de inspecção nos estaleiros. Todavia, no decorrer dessas operações de inspecção, houve



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

jornalistas que detectaram alguns indivíduos aos quais foi solicitado que se disfarçassem de trabalhadores do referido estaleiro, uma vez que o responsável daquele estaleiro objecto de inspecção queria passar despercebido, enganando as autoridades. Tal incidente leva a que se duvide dos efeitos dos mecanismos de fiscalização implementados pela Administração.

A prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego é uma exigência legal, não podendo os serviços competentes esquivar-se dessa sua responsabilidade. O sector da construção civil é considerado catastrófico, com bastantes desempregados e insuficiência de trabalho, devendo por isso os serviços competentes promover medidas centradas na resolução da questão do desemprego.

Assim sendo, interpelo a Administração sobre o seguinte:

1. Em Outubro de 2008, os serviços competentes lançaram três medidas com vista a “reduzir os trabalhadores não residentes e salvaguardar o emprego dos locais” - a “não aceitação de novos pedidos de importação de mão-de-obra na área da construção civil, a revisão do número de trabalhadores importados em Macau, e também a redução gradual da mão-de-obra importada, tendo em conta a realidade.”. Só que ao longo dos anos, nunca se verificaram quaisquer melhorias da situação de desemprego e insuficiência de trabalho na área da construção civil. De que medidas dispõem



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

os serviços competentes para melhorar a referida situação? Face ao desemprego e à insuficiência de trabalho registados no sector da construção civil, existe alguma necessidade de se voltar a importar mão-de-obra para o sector da construção civil?

2. O Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam, referiu há dias que vai permitir a importação de mão-de-obra para o sector da construção civil seguindo o rácio de “um para um”. No entanto, salvaguardar a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego é uma exigência consagrada na lei, tratando-se pois duma responsabilidade à qual o Governo não pode esquivar-se. Face aos milhares de pessoas que se encontram no desemprego e aos trabalhadores da construção civil que se encontram em situação de subemprego, o Governo deveria implementar medidas de colocação obrigatória mais eficazes e exigir a todas as empresas do sector da construção civil que contam com trabalhadores importados a implementação do “regime de contratação obrigatório”, com vista a salvaguardar, efectivamente, a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego. O Governo vai fazer isso? Caso se consiga implementar o referido regime, de que medidas operacionais concretas dispõe o Governo para garantir que o mesmo seja implementado na totalidade?

3. Por forma a salvaguardar a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego, que é uma exigência legal, o Governo deve definir claramente um regime de despedimento para os trabalhadores importados,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

regime esse que deve integrar o despacho de autorização de importação de mão-de-obra. O Governo vai fazer isso? Qual é o ponto de situação dos trabalhos de elaboração duma lei específica para combate aos trabalhadores ilegais? E quando é que vai entregar essa proposta de lei à Assembleia Legislativa para apreciação?

18 de Maio de 2010.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM: Lam Heong Sang.